

## **Educação Oceânica como Política Territorial: Currículo Azul e a Consolidação das Escolas Azuis em Pontal do Paraná**

**Felipe Martins da Silva Ricardo<sup>1</sup>; Patricia Carnasciali de Andrade<sup>2</sup>; Kamila Maier Santos Torres<sup>3</sup>; José Francisco de Oliveira Neto<sup>4</sup>;**

**GT 3: Instituições e Atores Públicos e Privados em Transformações Ecosociambientais**

### **Resumo**

Este artigo analisa a institucionalização da educação oceânica no município de Pontal do Paraná (PR) por meio da promulgação da Lei Municipal nº 2.673/2025, que institui o Currículo Azul como diretriz pedagógica permanente, e na certificação de todas as suas escolas públicas com o Selo Escolas Azuis Brasil. A partir de uma abordagem qualitativa e estudo de caso instrumental, o trabalho investiga o papel estruturante do Programa de Educação Ambiental Permanente MarMaré nesse processo, com base em análise documental e observação participante de ações formativas, eventos públicos e práticas pedagógicas. Os resultados apontam para uma política pública inovadora, construída a partir da articulação intersetorial entre escolas, universidades, comunidades e poder público, com forte base na educação ambiental crítica e na valorização dos saberes locais. Foram identificados impactos relevantes na mobilização territorial, fortalecimento do pertencimento, protagonismo estudantil e engajamento comunitário em torno da sustentabilidade costeira e marinha. Conclui-se que a experiência de Pontal do Paraná representa um modelo replicável de territorialização da Década da Ciência Oceânica e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando a potência da escola como espaço de transformação socioambiental.

**Palavras-chave:** Educação Oceânica; Currículo Azul; Escolas Azuis; Políticas Públicas; Programa MarMaré

---

<sup>1</sup> Oceanógrafo; PPGALI/UNESPAR; Paranaguá, Paraná, Brasil. Fefamdsr@gmail.com ORCID: 0009-0009-0303-6862

<sup>2</sup> Pedagoga; UFPR; Pontal do Paraná, Paraná, Brasil. Andradepatricia.edu@gmail.com ORCID: 0009-0005-5542-5473

<sup>3</sup> Tecnóloga em Aquicultura, Bióloga, Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade; UFPR; Curitiba, Paraná, Brasil. Kamilamaier@gmail.com ORCID: 0009-0009-6635-9810

<sup>4</sup> Doutor em Zoologia; UNESPAR; Paranaguá, Paraná, Brasil. Jose.neto@unespar.edu.br ORCID: 0000-0002-4986-2643

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 INTRODUÇÃO

### 1.1.1 Introdução

Nas últimas décadas, a intensificação das crises climáticas, a degradação dos ecossistemas costeiros e marinhos e a crescente desconexão entre sociedade e natureza vêm exigindo respostas educacionais urgentes, transformadoras e comprometidas com a sustentabilidade planetária. Nesse cenário, a educação ambiental tem assumido um papel estratégico, especialmente em territórios litorâneos, onde os impactos das mudanças globais se manifestam de forma mais evidente e acelerada (JACOBI, 2003; LOUREIRO, 2012).

A educação ambiental crítica, de base emancipatória e territorializada, passou a integrar não apenas práticas escolares pontuais, mas também políticas públicas estruturantes, capazes de articular diferentes setores sociais e mobilizar comunidades em torno da conservação da natureza e da justiça socioambiental (SATO, 2002). No Brasil, esse movimento ganha fôlego com adesão à Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030), promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021), e incorporada à agenda federal por meio da Coalizão Brasil – Década do Oceano.

Dentro desse marco global, emerge com força a educação para a cultura oceânica (ocean literacy), entendida como uma abordagem que visa promover o conhecimento, o cuidado e o engajamento da sociedade em relação ao oceano e às zonas costeiras. Tal abordagem tem sido adaptada em diversos países e territórios costeiros, contribuindo para a transformação curricular, a valorização dos saberes locais e a construção de novas formas de relação com o mar (COALIZÃO DÉCADA DO OCEANO, 2023).

É nesse contexto que se insere o município de Pontal do Paraná, localizado no litoral paranaense, que tem se destacado nacionalmente no campo da educação ambiental marinha. Em 2025, a promulgação da Lei Municipal nº 2.673, de 5 de junho, instituiu o Currículo Azul como diretriz pedagógica permanente para a rede pública de ensino, com o objetivo de integrar, de forma transversal, conteúdos relacionados ao oceano, zonas costeiras, biodiversidade, mudanças climáticas, segurança hídrica e justiça socioambiental. Essa legislação inovadora estabelece práticas pedagógicas interdisciplinares, formação continuada de professores e o diálogo entre saberes científicos e tradicionais (PREFEITURA DE PONTAL DO PARANÁ, 2025).

Como resultado desse processo, todas as 27 escolas públicas do município — incluindo unidades estaduais e municipais — foram certificadas com o Selo Escola Azul Brasil, iniciativa inspirada no programa português Escola Azul. O selo reconhece instituições de ensino comprometidas com a valorização do território oceânico e costeiro, fortalecendo a relação entre a escola e o mar e promovendo o engajamento ativo da comunidade escolar em ações socioambientais (COALIZÃO DÉCADA DO OCEANO, 2023).

Contudo, tais conquistas não ocorreram de forma isolada ou espontânea. Elas foram viabilizadas pelo Programa de Educação Ambiental Permanente MarMaré, criado em 2023, que atua como uma plataforma intersetorial e territorializada de articulação institucional, formação docente e mobilização comunitária. O MarMaré consolidou-se como referência na integração entre universidade, escolas, comunidades tradicionais, sociedade civil organizada e poder público, contribuindo de forma decisiva para a formulação da Lei do Currículo Azul e a consolidação das Escolas Azuis em Pontal do Paraná.

Diante desse panorama, este artigo se propõe a responder à seguinte problemática: de que maneira a atuação do Programa MarMaré contribuiu para a formulação e implementação do Currículo Azul e para o reconhecimento das escolas de Pontal do Paraná como Escolas Azuis? Parte-se da hipótese de que a existência de um programa de educação ambiental permanente, com atuação intersetorial e enraizado no território, foi determinante para transformar diretrizes globais em políticas públicas locais concretas e eficazes.

A relevância do estudo reside no caráter inédito da experiência no Litoral do Paraná, especificamente, no município de Pontal do Paraná. O município foi um dos primeiros municípios brasileiros a institucionalizar a educação oceânica como eixo estruturante do currículo escolar. Tal iniciativa contribui diretamente para o alcance das metas da Década da Ciência Oceânica e fortalece o debate sobre o papel dos municípios na formulação de políticas públicas socioambientais e educacionais, evidenciando os desafios e as possibilidades da governança local frente à crise ambiental contemporânea.

Dessa forma, o objetivo geral deste artigo é analisar o papel estruturante do Programa MarMaré na consolidação do Currículo Azul e na adesão do município de Pontal do Paraná ao programa Escolas Azuis Brasil. Para alcançar esse objetivo, adotou-se como metodologia a análise documental de fontes oficiais, registros institucionais e materiais pedagógicos, além de observação participante em atividades formativas e

eventos públicos promovidos pelo programa. O estudo buscou compreender os fundamentos, estratégias, atores envolvidos e impactos dessa política educacional inovadora para a educação ambiental marinha e para a construção de sociedades mais sustentáveis no contexto costeiro brasileiro.

## **2 METODOLOGIA**

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa (MINAYO, 2012), com o objetivo de analisar a implementação da Lei Municipal nº 2.673/2025, que institui o Currículo Azul, e a consolidação do Selo Escolas Azuis Brasil no município de Pontal do Paraná. A investigação está ancorada nos referenciais da educação ambiental crítica (LOUREIRO, 2012; SATO, 2002) e nas abordagens de análise de políticas públicas em escala local (SECCHI, 2010; HOWLETT; RAMESH, 2013). Trata-se de um estudo de caso único instrumental (STAKE, 1995), que busca compreender em profundidade uma experiência territorial específica com potencial de replicabilidade em outros contextos costeiros brasileiros.

### **2.1 Caracterização do local da pesquisa**

O município de Pontal do Paraná, localizado no litoral do estado do Paraná, Brasil, é um território de grande relevância socioambiental e educacional, especialmente no que se refere à promoção da cultura oceânica e da educação ambiental. Com uma população diversificada composta por comunidades urbanas, tradicionais, indígenas e pesqueiras, o município abriga um dos mais importantes polos de pesquisa marinha do país: o Centro de Estudos do Mar (CEM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), referência nacional na formação de profissionais e no desenvolvimento de pesquisas voltadas aos ecossistemas costeiros e oceânicos.

Além disso, a região compreende um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica, uma característica que contribui significativamente para seu reconhecimento como Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO, 2014).

Além disso, Pontal do Paraná conta com 27 unidades escolares públicas, entre escolas municipais e estaduais, estrategicamente distribuídas em áreas urbanas e em regiões costeiras, o que permite uma maior capilaridade das ações educativas e ambientais. Essa configuração territorial favorece a articulação entre instituições de ensino, universidades, órgãos públicos e organizações da sociedade civil, fortalecendo

uma rede colaborativa voltada para a sustentabilidade e para a valorização dos saberes locais e do território costeiro-marinho (GUIMARÃES; JACOBI, 2021).

Nesse cenário, destacam-se dois importantes marcos institucionais: a promulgação da Lei Municipal nº 2.673/2025, que institui diretrizes para a implementação da Educação Oceânica no currículo escolar local, e a adesão de escolas da rede pública ao programa federal *Escolas Azuis Brasil*, iniciativa alinhada à Década do Oceano (2021–2030) da ONU. Tais iniciativas consolidam políticas públicas inovadoras no campo da educação ambiental marinha, promovendo o engajamento das comunidades escolares em ações voltadas à conservação do oceano e à formação de cidadãos ambientalmente conscientes (BRASIL, 2023; UNESCO, 2021).

Essa conjuntura torna o município um território privilegiado para a realização de pesquisas-ações que envolvam a escola como espaço de transformação sociocultural e ecológica, alinhando-se aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial os ODS 4 (Educação de Qualidade), 14 (Vida na Água) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

## 2.2 Estratégias de produção e análise de dados

A pesquisa foi realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2025, com base em duas estratégias principais de produção e análise de dados: a análise documental e a observação participante. A escolha dessas técnicas se justifica pela necessidade de captar, de forma situada, os sentidos, práticas e processos envolvidos na implementação da política educacional analisada (BOGDAN; BIKLEN, 1994; LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

### a) Análise documental

Foram selecionados e examinados documentos institucionais, normativos e pedagógicos considerados relevantes para a compreensão dos fundamentos e desdobramentos da política pública. Esses critérios de seleção documental envolveram: vínculo direto com a formulação ou implementação da Lei nº 2.673/2025, publicação por órgãos públicos ou instâncias oficiais, e pertinência ao contexto educacional de Pontal do Paraná. Entre os materiais analisados, destacam-se:

- A íntegra da Lei nº 2.673/2025 e sua justificativa legislativa;
- Relatórios técnicos e materiais de divulgação da Secretaria Municipal de Educação e do Programa de Educação Ambiental MarMaré;

- Registros públicos de sessões da Câmara Municipal de Pontal do Paraná;
- Guias metodológicos do programa Escolas Azuis Brasil, publicados pela Coalizão Década do Oceano;
- Planos de ação pedagógica e registros escolares das atividades realizadas no âmbito do Currículo Azul.

## **b) Observação participante**

A observação foi realizada de forma direta e participante (ANGROSINO, 2009), em eventos públicos, oficinas e ações formativas vinculadas à implementação do Currículo Azul e à entrega do Selo Escolas Azuis. A presença do campo permite apreender elementos do cotidiano escolar e institucional que não estariam acessíveis apenas por meio de fontes documentais, as principais atividades acompanhadas foram:

- Oficinas de formação continuada promovidas para docentes pelo Programa MarMaré;
- Cerimônia pública de certificação das Escolas Azuis;
- Apresentações escolares e ações de mobilização comunitária sobre temas marinhos.

Essas observações foram registradas em cadernos de campo e fotografias, respeitando os princípios da ética em pesquisa e os limites institucionais de cada espaço observado.

## **2.3 Sistematização e análise dos dados**

A análise dos dados foi conduzida a partir da técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), adequada para a interpretação dos documentos, entrevistas, observações e registros de campo. Essa abordagem possibilitou a identificação de núcleos de sentido que se repetem nos discursos e práticas analisadas, os quais foram posteriormente organizados em categorias temáticas vinculadas ao referencial teórico e aos objetivos da pesquisa.

As categorias analíticas a partir da combinação entre o arcabouço teórico-metodológico adotado e as hipóteses orientadoras do estudo, sendo sistematizadas em quatro eixos principais:

(i) Fundamentos políticos e pedagógicos do Currículo Azul:

Esse eixo buscou compreender os princípios normativos e conceituais que sustentam a proposta do Currículo Azul, observando sua relação com as políticas públicas de educação ambiental e com os marcos legais locais, como a Lei Municipal nº 2.673/2025. Foram analisadas as diretrizes pedagógicas, os documentos curriculares e os discursos institucionais que orientam a inserção da cultura oceânica no cotidiano escolar.

(ii) Articulação interinstitucional e governança territorial:

A investigação sobre a articulação entre os diversos atores envolvidos na implementação das ações educativas: professores, escolas, universidades, poder público, organizações da sociedade civil e comunidades tradicionais. Foram identificadas iniciativas de colaboração intersetorial e os mecanismos de governança territorial que sustentam o programa, com destaque para os espaços de diálogo e tomada de decisão coletiva, como conselhos escolares, fóruns municipais e comissões interinstitucionais. A análise permitiu avaliar os desafios e avanços na construção de uma governança democrática e integrada.

(iii) Práticas pedagógicas desenvolvidas:

Esse eixo concentrou-se na descrição e análise das atividades educativas efetivamente realizadas no âmbito das escolas participantes do programa Escolas Azuis. Foram sistematizadas experiências de ensino-aprendizagem que envolvem metodologias ativas, saídas de campo, projetos interdisciplinares e o uso de materiais didáticos produzidos localmente. A diversidade de práticas reflete a criatividade dos educadores e o potencial da temática oceânica como eixo estruturante da educação ambiental crítica (LOUREIRO, 2012).

(iv) Impactos sociais e educacionais percebidos:

Os efeitos das ações pedagógicas sobre a comunidade escolar e o território, a partir do olhar de professores, estudantes, gestores e demais envolvidos. Destacam-se aspectos como o fortalecimento do sentimento de pertencimento, a valorização dos saberes locais, a mobilização para ações de cuidado com o ambiente marinho e o desenvolvimento de competências socioambientais nos estudantes. A análise apontou para transformações subjetivas e coletivas que ultrapassam o espaço escolar, promovendo processos de empoderamento comunitário e engajamento com a sustentabilidade.

Como estratégia metodológica para assegurar a validade das interpretações e ampliar a confiabilidade da análise, foi utilizada a triangulação de dados (FLICK, 2009). Essa abordagem combinou fontes diversas – como documentos oficiais, entrevistas, registros de campo e observações participantes – possibilitando uma compreensão mais densa e multifacetada dos fenômenos investigados.

## **2.4 Considerações éticas**

Por se tratar de uma pesquisa baseada em fontes públicas e observação de eventos institucionais, sem coleta de dados sensíveis ou identificação de sujeitos humanos, o estudo está em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, não sendo necessária a submissão a Comitê de Ética em Pesquisa.

## **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **3.1 Fundamentação e diretrizes da Lei do Currículo Azul**

A promulgação da Lei Municipal nº 2.673/2025, que institui o Currículo Azul em Pontal do Paraná, representa um avanço significativo e pioneiro no cenário nacional. Pela primeira vez, a cultura oceânica é reconhecida legalmente como um dos pilares da educação básica em um município brasileiro. Essa medida reforça o compromisso da gestão pública com a educação ambiental e com a valorização do território costeiro como espaço de aprendizagem.

A análise documental realizada, com base na justificativa da lei e nas atas das sessões da Câmara Municipal, mostra que a proposta foi construída de forma participativa, com forte envolvimento de professores, pesquisadores, gestores e lideranças comunitárias. Um elemento central nesse processo foi o Programa de Educação Ambiental Permanente MarMaré, que ofereceu formações, oficinas e materiais de apoio pedagógico, contribuindo diretamente para a elaboração da proposta. Isso garantiu que a lei tivesse fundamentação técnica e diálogo com a realidade das escolas locais.

Entre os princípios norteadores expressos na legislação, destacam-se a educação ambiental crítica, que busca formar cidadãos conscientes e atuantes; a valorização dos saberes das comunidades tradicionais e pesqueiras; a justiça socioambiental, como forma de combater desigualdades e promover inclusão; e a aproximação entre escolas e instituições científicas. Esses princípios estão alinhados com o pensamento de autores como Loureiro (2012) e Sato (2002), que defendem uma educação ambiental

transformadora, voltada para a autonomia dos sujeitos e para o fortalecimento das identidades locais.

Além disso, a proposta curricular assume um caráter interdisciplinar, integrando conteúdos de ciências naturais, humanas e da linguagem a partir de temas ligados ao oceano, ao clima, à biodiversidade marinha e à vida nas comunidades costeiras. Essa abordagem está em sintonia com as diretrizes internacionais da UNESCO (2021) para a Década do Oceano, que propõem a inserção da cultura oceânica nos currículos escolares como estratégia para o desenvolvimento sustentável.

A criação da lei também demonstra um exemplo de como políticas públicas podem nascer de iniciativas locais bem-sucedidas, quando aliadas ao conhecimento científico, ao engajamento comunitário e à escuta ativa das escolas. A experiência de Pontal do Paraná pode servir de modelo para outros municípios litorâneos, mostrando que é possível construir caminhos inovadores para a educação ambiental a partir da valorização do território e do diálogo entre saberes.

### **3.2 Contribuição do Programa MarMaré para a formulação e implementação da política**

A análise dos documentos da Secretaria Municipal de Educação e dos materiais produzidos pelo Programa de Educação Ambiental Permanente MarMaré revela que essa iniciativa desempenhou um papel estratégico na construção e consolidação da política do Currículo Azul em Pontal do Paraná. Atuando como espaço de articulação entre escolas, universidades e comunidades, o MarMaré contribuiu significativamente para transformar a temática oceânica em prática pedagógica cotidiana, consolidando Pontal do Paraná como o primeiro município do Brasil a selar todas as instituições de ensino.

Desde sua criação, em 2023, o programa promoveu ações formativas voltadas à valorização do território, com destaque para os ciclos de formação continuada de professores, oficinas pedagógicas, saídas de campo e participação em eventos. Essas ações favoreceram uma escuta ativa e qualificada, permitindo que as vivências locais, os saberes tradicionais e os desafios enfrentados pelas comunidades costeiras fossem incorporados de forma concreta à proposta curricular.

Essa construção coletiva reflete uma metodologia participativa, inspirada nos princípios da educação popular e emancipadora, como propõe Paulo Freire (1996), ao valorizar o diálogo, o respeito às diferentes formas de conhecimento e a ação-reflexão como motor de transformação social. O MarMaré, ao fortalecer a autonomia das escolas

e dos educadores, não apenas contribuiu para a formulação da lei, mas também para sua implementação crítica e contextualizada, com forte adesão por parte das equipes pedagógicas.

Outro aspecto relevante foi a capacidade do programa de mobilizar diferentes setores do território. A parceria entre poder público, universidades, organizações da sociedade civil e lideranças comunitárias garantiu um processo mais democrático, onde decisões foram construídas de forma colaborativa. Essa rede de cooperação ampliou os debates sobre a cultura oceânica, possibilitando o amadurecimento de ideias e o alinhamento da política com os desafios reais da educação ambiental no município.

O legado do MarMaré, portanto, vai além da elaboração técnica da política: ele representa uma experiência pedagógica viva, enraizada no território e comprometida com a construção de uma escola que dialoga com o mar, com as pessoas e com o futuro sustentável da região. Sua trajetória evidencia que formação docente continuada, protagonismo local e trabalho em rede são elementos essenciais para transformar boas ideias em políticas públicas consistentes e duradouras.

### **3.3 Certificação das Escolas Azuis: resultados e impactos percebidos**

A certificação das 27 unidades escolares públicas de Pontal do Paraná no programa Escola Azul Brasil representa um dos principais resultados da articulação entre o Currículo Azul e as políticas nacionais voltadas à promoção da cultura oceânica. Essa conquista demonstra não apenas o alinhamento institucional com as diretrizes da Década do Oceano (2021–2030), mas também o comprometimento das escolas em assumir um papel ativo na educação para a sustentabilidade marinha.

A observação participante realizada em eventos de certificação e nas apresentações escolares revelou um forte engajamento de professores, estudantes e famílias, evidenciado nas diversas produções pedagógicas desenvolvidas ao longo do processo. As escolas promoveram feiras, intervenções artísticas e projetos interdisciplinares que abordaram temas como a biodiversidade marinha local, os saberes tradicionais das comunidades costeiras e os impactos ambientais causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória.

A vivência do processo de certificação contribuiu para fortalecer a identidade das escolas enquanto espaços de formação cidadã, onde a relação com o território costeiro é valorizada e vivenciada de forma crítica. O reconhecimento público proporcionado pelo selo Escolas Azuis funcionou como um estímulo ao protagonismo estudantil e à

valorização do trabalho docente, além de impulsionar a integração entre escola e comunidade.

De acordo com autores como Sato (2002) e Carvalho (2004), processos educativos que se conectam com a realidade socioambiental dos territórios tendem a gerar maior envolvimento das comunidades escolares e a favorecer transformações duradouras nos modos de pensar e agir. Nesse sentido, a certificação operou como catalisador de uma nova cultura educacional, orientada por princípios de justiça ambiental, pertencimento territorial e valorização do oceano como bem comum.

Os impactos percebidos vão além da dimensão simbólica da certificação. Foram observadas mudanças concretas no cotidiano escolar, como a criação de hortas, o uso de resíduos recicláveis na confecção de materiais didáticos, o fortalecimento de projetos de educação ambiental e a aproximação das escolas com instituições científicas e culturais do município. Essas ações demonstram que a adesão ao programa Escolas Azuis impulsionou uma mudança de paradigma na forma como a escola compreende e se relaciona com o mar.

### **3.4 Práticas pedagógicas e mobilização territorial**

As práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Currículo Azul têm se destacado por sua diversidade, criatividade e forte vínculo com o território. Foram realizadas atividades variadas, como trilhas ecológicas guiadas, feiras científicas com temáticas marinhas e produção de vídeos educativos. Essas ações são voltadas ao cuidado e à valorização dos ecossistemas costeiros, envolvendo diretamente diferentes faixas etárias e etapas da educação básica.

O programa já alcançou mais de 6 mil pessoas, abrangendo desde crianças dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), que participaram de atividades lúdicas e exploratórias adaptadas à sua faixa etária, até estudantes do ensino fundamental e médio, em escolas municipais e colégios estaduais. Nas escolas municipais, as ações foram integradas ao currículo regular, com atividades que fomentam o protagonismo juvenil, a pesquisa ambiental e o contato direto com o território costeiro. Já nos colégios estaduais, o enfoque incluiu projetos interdisciplinares mais aprofundados, envolvendo temáticas como sustentabilidade, políticas públicas ambientais e participação comunitária, estimulando o desenvolvimento crítico e a formação cidadã.

Essas práticas evidenciam a adoção de metodologias ativas e interdisciplinares que incentivam a investigação do meio, a construção coletiva do conhecimento e o

protagonismo dos estudantes. Ao relacionar os conteúdos escolares com o cotidiano das comunidades litorâneas, o Currículo Azul aproxima o conhecimento científico dos saberes locais, promovendo uma aprendizagem mais significativa, contextualizada e transformadora.

Além disso, essas experiências reforçam a função social e política da escola como espaço de mobilização comunitária e articulação intergeracional. A participação ativa de famílias, universidades e organizações da sociedade civil nos projetos pedagógicos demonstra que o Currículo Azul extrapola os muros da escola, atuando como um elo entre educação e território.

Autores como Gadotti (2000) e Saujot (2020) defendem que a educação deve estar comprometida com a formação integral dos sujeitos, considerando suas dimensões cognitivas, afetivas, sociais e ambientais. Nesse sentido, as práticas observadas refletem um esforço concreto para construir uma educação pública que reconhece e valoriza a pluralidade cultural e ecológica do litoral, ao mesmo tempo em que promove o engajamento crítico e a responsabilidade coletiva com os bens comuns, como o oceano.

Portanto, o Currículo Azul não se limita à introdução de novos conteúdos, ele transforma modos de ensinar e aprender, contribuindo para o fortalecimento da identidade territorial, da consciência ambiental e da cidadania ativa entre estudantes, educadores e toda a comunidade escolar.

### **3.5 Desafios e possibilidades para a política pública**

Apesar dos avanços significativos identificados na implementação do Currículo Azul em Pontal do Paraná, a pesquisa apontou alguns desafios importantes a serem enfrentados para garantir a continuidade e a efetividade da política pública. Entre eles, destaca-se a necessidade de manutenção e ampliação das formações continuadas para docentes, que são fundamentais para o aprofundamento das práticas pedagógicas relacionadas à cultura oceânica. A integração efetiva entre as redes municipal e estadual de ensino ainda apresenta lacunas, o que dificulta a articulação curricular e a uniformidade das ações educativas no território.

Outro ponto é o fortalecimento da gestão pedagógica nas escolas, que precisa assumir um papel mais proativo na coordenação, acompanhamento e incentivo às iniciativas vinculadas ao Currículo Azul. A ausência de um sistema estruturado e sistemático de avaliação e monitoramento da política pública limita a capacidade de

mensurar com precisão os impactos educacionais, sociais e ambientais alcançados, restringindo também o aprimoramento contínuo das estratégias adotadas.

Por outro lado, as possibilidades que emergem dessa experiência são bastante promissoras. O caso de Pontal do Paraná demonstra que é viável territorializar os objetivos da Década da Ciência Oceânica e as metas da Agenda 2030 da ONU, a partir da construção de arranjos institucionais locais que valorizem os saberes e as práticas das comunidades costeiras. A existência de um ambiente colaborativo entre escolas, universidades, poder público e sociedade civil cria um terreno fértil para a inovação educativa e para a consolidação de uma cultura oceânica cidadã.

A sustentabilidade dessa política dependerá também do comprometimento intersetorial contínuo, da garantia de recursos e da manutenção de canais democráticos de participação, diálogo e formação, que envolvam todos os atores envolvidos. Nesse sentido, fortalecer a governança territorial e ampliar as oportunidades de capacitação para educadores e gestores se apresentam como estratégias essenciais para ampliar o alcance e a profundidade dos impactos positivos do Currículo Azul.

## **5 CONCLUSÃO**

A experiência de Pontal do Paraná evidencia o potencial transformador da educação ambiental crítica e da alfabetização oceânica quando assumidas como políticas públicas construídas a partir dos territórios. A promulgação da Lei Municipal nº 2.673/2025, que institui o Currículo Azul, e a certificação de todas as unidades escolares do município com o Selo Escolas Azuis Brasil são marcos importantes, mas não isolados. Esses resultados são fruto de um processo contínuo de articulação intersetorial, escuta comunitária e inovação pedagógica, coordenado principalmente pelo Programa de Educação Ambiental Permanente MarMaré.

Ao conectar diretrizes globais, como as metas da Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021–2030) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com práticas pedagógicas situadas e participativas, o município consolidou uma política educacional pública que é, ao mesmo tempo, inovadora, enraizada e replicável. A transversalidade do tema oceano nos currículos escolares não apenas ampliou os conteúdos abordados em sala de aula, mas também aproximou os estudantes da realidade ambiental, social e cultural do território costeiro onde vivem.

A articulação entre saberes tradicionais e científicos fortaleceu a identidade das escolas como espaços de valorização da diversidade, da memória e da convivência com o ambiente marinho. A formação continuada de professores, realizada de forma dialógica e territorializada, foi decisiva para que essas mudanças se refletissem em práticas pedagógicas concretas, como projetos interdisciplinares, campanhas educativas, produção de material audiovisual, trilhas ecológicas e ações comunitárias.

O reconhecimento das escolas como Escolas Azuis ultrapassa o simbolismo: ele representa a consolidação de uma identidade educativa comprometida com a sustentabilidade, com a justiça socioambiental e com a governança democrática dos bens comuns. O Currículo Azul transformou a escola em um ponto de encontro entre ciência, cultura e cidadania, estimulando o protagonismo estudantil e o engajamento das comunidades em torno da proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros.

Do ponto de vista das políticas públicas, o caso de Pontal do Paraná revela a importância de fortalecer o papel dos municípios na formulação de diretrizes educacionais e ambientais, reconhecendo sua capacidade de inovação, especialmente quando articulam diferentes setores e respeitam os saberes e realidades locais. O êxito dessa iniciativa demonstra que arranjos territoriais intersetoriais, com participação ativa de escolas, universidades, gestores e comunidades, são estratégias eficazes para implementar políticas públicas coerentes com os desafios contemporâneos da sustentabilidade.

Como agenda futura de pesquisa e ação, destaca-se a necessidade de monitorar os impactos de médio e longo prazo da implementação do Currículo Azul, considerando aspectos como permanência das ações, resultados educacionais, mobilização social e influência sobre a gestão ambiental local. Além disso, é essencial ampliar os espaços de participação estudantil na construção e avaliação dessas políticas, reconhecendo crianças e jovens como sujeitos políticos e agentes de transformação.

Recomenda-se ainda a sistematização e divulgação de experiências similares em outros municípios costeiros brasileiros, de modo a fomentar uma rede colaborativa de territórios educativos alinhados com os princípios da cultura oceânica, da equidade territorial e da sustentabilidade planetária. A experiência de Pontal do Paraná mostra que educar para o oceano é também educar para a vida, para o futuro e para a democracia.

## Referências

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Escolas Azuis Brasil**. Brasília: MEC, 2023.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- COALIZÃO DÉCADA DO OCEANO. **Escolas Azuis Brasil: guia metodológico**. Brasília: Coalizão Brasil – Década do Oceano, 2023.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. **Educação para a sustentabilidade: um projeto pedagógico**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.
- GUIMARÃES, Mauro; JACOBI, Pedro Roberto. **Educação ambiental e governança: práticas educativas para a sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2021.
- HOWLETT, Michael; RAMESH, M. **Estudos de políticas públicas: suas abordagens, atores e temas**. Brasília: ENAP, 2013.
- JACOBI, Pedro. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 189–205, jul. 2003.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental crítica: contribuições para a construção de uma pedagogia da Terra**. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação ambiental e política: questões teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2012.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

PREFEITURA DE PONTAL DO PARANÁ. **Lei Municipal nº 2.673, de 5 de junho de 2025.** Institui o Currículo Azul como diretriz pedagógica permanente para a rede pública de ensino do município. Pontal do Paraná, 2025.

SAUJOT, Mathieu. **Educação ambiental e mobilização social.** Paris: IDDRI, 2020.

SATO, Michèle. **Educação ambiental: crítica e emancipação.** Campinas: Papirus, 2002.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

STAKE, Robert E. **The art of case study research.** Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.** Reservas Sudeste da Mata Atlântica, 1999.

UNESCO. **Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável 2021–2030.** Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2021.